

do voto do Conselheiro Relator. Vencidos os Conselheiros Luis Fernan- do Clemente Gonçalves, Luciana Dornelles do Espírito Santo e José Augusto Di Giorgio. - Acórdão nº 10.402. - EMENTA: LANÇAMENTO. DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA. ARTIGO 150, § 4º CTN. Consoante o ar- tigo 150, §4º, do CTN, decorrido o prazo de 05 anos da ocorrência dos fatos geradores, pressupõe-se a sua homologação tácita, não po- dendo a Fazenda Pública efetuar o lançamento. RECURSO AO PLE- NO DESPROVIDO. CRÉDITO INDEVIDO - MATERIAIS DESTINADOS A USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Inadmissível o apro- veitamento do crédito fiscal relativo à aquisição de materiais destinados a uso e consumo do estabelecimento, visto que os referidos produtos não se incorporam ao produto final nem são consumidos imediata e integralmente no processo produtivo e agem, apenas, de modo extrín- seco sobre o processo de industrialização, não sendo considerados produtos intermediários e sim bens destinados ao uso e consumo, co- mo bens destinados ao uso e consumo, que não dão direito ao crédito pela entrada (direito postergado, com a sanção presidencial da Lei Complementar nº 171/2019, para 01 de janeiro de 2033 visto que não são consumidos imediata e integralmente no processo de produção e tampouco integram o produto final, sendo considerados bens de uso e consumo do estabelecimento, os quais somente darão direito a crédito do imposto a partir de 01 de janeiro de 2033, ex vi do disposto pelos artigos 32, 33, § 2º, e 83, inciso I, da Lei nº 2.657/1996, com a re- dação da Lei nº 9.113/2020. RECURSO DESPROVIDO. Auto de Infra- ção PROCEDENTE.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 07/10/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000028/2020.

Recurso nº 66.762 - Processo nº E-04/036/396/2013 - Recorrente: FA- ZENDA ESTADUAL - Recorrida: TELEFÔNICA INTERNATIONAL WHO- LESALE SERVICES BRASIL LTDA. - Relator: Conselheiro Ricardo Garcia Araujo Jorge - DECISÃO: Por maioria de votos, negar provi- mento ao recurso da Representação Geral da Fazenda, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro Marcos dos Santos Ferreira. O Conselheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa acompanhou o relator pela conclusão. - Acórdão nº 10.236 - EMENTA: ICMS - PRES- TAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. CESSÃO ONEROSA DE MEIOS DE REDE. Em se tratando de cessão onerosa de meios de rede, incabível a exigência fiscal sub examine à luz do Convênio ICMS 126/98, assim como a pretensão de se alterar a penalidade origina- riamente aplicada na forma preconizada pelos artigos 145 e 149 do CTN. RECURSO DESPROVIDO POR MAIORIA.

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 21/10/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000028/2020.

Recursos nºs 73.354 e 73.358 - Processos nºs E-04/037/100088/2018 e E-04/037/100124/2018 - Recorrente: FAZENDA ESTADUAL - Recor- rida: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS. - Relator: Conse- lheiro Alex Gabriel Siveris da Rosa. - DECISÃO: Por maioria de votos, negar provimento ao recurso da Representação Geral da Fazenda, nos termos do voto do Conselheiro José Augusto Di Giorgio designado Re- dator. Vencidos os Conselheiros Alex Gabriel Siveris da Rosa, André Oliveira Cardoso da Silva, Marcelo Habib Carvalho, Rubens Nora Chammass, Gustavo Mendes Moura Pimentel e Marcos dos Santos Fer- reira. - Acórdãos nºs 10.247 e 10.248 - EMENTA: LANÇAMENTO. DE- CADÊNCIA. ARTIGO 150, §4º CTN. Consoante o artigo 150, §4º, do CTN, decorrido o prazo de 05 anos da ocorrência dos fatos geradores, pressupõe-se a sua homologação tácita, não podendo a Fazenda Pú- blica efetuar o lançamento. RECURSO AO PLENO DESPROVIDO.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 11/11/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000028/2020.

Recurso nº 69.900 - Processo nº E-04/040/1440/2015 - Recorrente: HORTIGIL HORTIFRUTI S/A. - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL - Re- latora: Conselheira Fábria Trope de Alcantara. - DECISÃO: Por unani- midade de votos, conhecer o pedido do contribuinte e anular o julga- mento de Segunda Instância, nos termos do voto da Conselheira Re- latora. - Acórdão nº 10.268. - EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATI- VO TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE REVISÃO DE ACÓRDÃO. Art. 6.º do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes. Compete ao Conse- lho Pleno apreciar e julgar requerimentos das autoridades fiscais, dos contribuintes, da Representação Geral da Fazenda ou de Conselheiros, nos quais se formule revisão de decisão proferida pelas Câmaras ou Conselho Pleno, nos casos em que se constatar erro material ou nu- lidade absoluta que possa comprometer a execução da decisão, po- dendo o Conselho Pleno determinar que a Câmara que proferiu a de- cisão a reexamine, observado o devido processo legal. Na hipótese dos autos, a preliminar de decadência parcial do crédito tributário foi acolhido, porém o voto condutor do acórdão foi omissão a respeito do termo inicial para contagem do prazo, omissão esta que influi na de- terminação das operações cujo crédito tributário deveria ser excluído, em razão de sua extinção pela decadência. Questão que não chegou a ser debatida pelos demais membros da Câmara Julgadora. Omissão do julgado que não é passível de ser corrigida pela relatora, devendo o acórdão ser declarado nulo e encaminhado à câmara para novo jul- gamento. ACOLHIDO O PEDIDO DE REVISÃO DA DECISÃO DA TERCEIRA CÂMARA.

Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência no dia 02/12/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-040087/000028/2020.

Recurso nº 68.857 - Processo nº E-04/025/1163/2015. - Recorrente: LI- TORAL VERDE OPERADORA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. - Re- corrida: FAZENDA ESTADUAL. - Relator: Conselheiro Gustavo Kelly Alencar. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Re- lator. No mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao re- curso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 10.296. - EMENTA: ICMS. AUTO DE INFRAÇÃO. SERVIÇOS DE TE- LECOMUNICAÇÃO. AÇÃO JUDICIAL. CONTRIBUINTE DE FATO. LE- GITIMIDADE PASSIVA. Na esteira do Parecer PGE 02/2014 LAMGS o contribuinte de fato é parte legitimada para figurar no pólo passivo de auto de infração, com a incidência de juros e multa. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Id: 2316848

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Decisões proferidas na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 17/11/2020

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recursos nºs. 73.080, 73.081 e 73.085 - Processos nºs. E04/007/005295/2017, E-04/007/005296/2017 e E04/007/005300/2017. - Recorrente: 503 COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CI- RURGICOS LTDA. - Recorrida: DÉCIMA TURMA DA JUNTA DE RE- VISÃO FISCAL. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Louren- ço. - DECISÃO: DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado pro- vimento aos recursos voluntários, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdãos nºs. 18.381, 18.382 e 18.383. EMENTA: DÉBITO DE ICMS. Substitui- ção Tributária. NÃO RETIDO E NÃO RECOLHIDO.Legítima a exigência

fiscal do ICMS-ST que deixou de ser recolhido pelo sujeito passivo, na qualidade de Substituto Tributário, com fundamento no art. 21, in- ciso VI, da Lei nº 2.657/96. Todavia, a exigência fiscal deve ser re- duzida uma vez que houve erro na elaboração do Quadro Demons- trativo anexo à peça inicia, conforme reconhecido pela própria auto- ridade lançadora. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE EM PARTE. RECURSO DESPROVIDO.

Id: 2317010

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Energia e Relações Internacionais**

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEDEERI Nº 65 DE 14 DE MAIO DE 2021

**CRIA O COMITÊ PERMANENTE DO PLANO
ESTRATÉGICO E DIRETOR DE TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PED-
TIC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMI- CO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso das atribui- ções legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI- 220012/000165/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar, no âmbito da SEDEERI - Secretaria de Estado de De- senvolvimento Econômico, Energia, e Relações Internacionais, o Co- mitê Permanente do PLANO ESTRATÉGICO E DIRETOR DE TECNO- LOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PEDTIC.

Art. 2º - O Comitê Permanente do PEDTIC é Órgão de natureza de- liberativa e consultiva dentro da estrutura organizacional e sua atua- ção é de caráter permanente, tendo como objetivo estratégico de es- tabelecer, apoiar e aprimorar as informações com a finalidade de as- sessorar o Núcleo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunica- ção - NSTIC/RJ facilitando o recebimento e circulação de informações e dados que resultarão na elaboração e revisão do PEDTIC.

Art. 3º - O Comitê Permanente do PEDTIC será constituído por:

I - Principal responsável do NSTIC/RJ e Presidente do Comitê: ALCINA BILIO MERGULHÃO - ID Funcional nº 4186383-6;

II - Representante da área de Planejamento: MAURO TORRES GUERRA - ID Funcional nº 5106525-8;

III - Representante da área de Orçamento: SANDRO HENRIQUE DE SOUZA SILVA - ID Funcional nº 4284997- 7;

IV - Representante da área de Administração e Patrimônio: FÁBIO DA COSTA MIRANDA - ID Funcional nº 1912054-0;

V - Representante da atividade fim da SEDEERI: DANIEL DE SANTA CRUZ FREITAS - ID Funcional nº 5015930-5;

VI - Representante designado pela Alta Administração da SEDEERI: LUIS CLAUDIO MARTINEZ MESQUITA - ID Funcional nº 5106342-5;

VII - Suplente do NSTIC/RJ: BRUNO FERREIRA OLIVEIRA NEVES - ID Funcional nº 50928228.

§ 1º - São atribuições do Presidente do Comitê:

I - convocar e presidir reuniões do Comitê;
II - definir diretrizes, orientações, mecanismos de coleta, organização e disseminação das informações necessárias à elaboração do PED- TIC definindo prazos de entrega;
III - monitorar se as previsões dos investimentos de TIC para o ano corrente estão dentro do planejado no PEDTIC, não o desobrigando quanto às demais competências;
IV - programar e divulgar um cronograma de atividades do Comitê Permanente para o exercício anual vigente;
V - determinar e solicitar aos componentes do Comitê informações ne- cessárias para elaboração ou atualização do Plano Estratégico Insti- tucional - PEI da SEDEERI, ao que compete à área de TIC, propondo ao setor interno, responsável pelo PEI, as informações pertinentes.

§ 2º - São atribuições do Representante da área de Planejamento do Comitê:

I - traçar planos e metas para a elaboração do PEDTIC;
II - acompanhar a execução do PEDTIC.

§ 3º - São atribuições do Representante da área de Orçamento do Comitê:

I - analisar o orçamento mensal e elaborar relatórios para manter o controle das despesas de TIC;
II - orientar a elaboração de relatórios orçamentários periódicos.

§ 4º - São atribuições do Representante da área de Administração e Patrimônio do Comitê:

I - controlar e armazenar os bens patrimoniados que compõem a re- serve técnica da Instituição, para atendimento às demandas das uni- dades administrativas;
II - controlar a movimentação em sistema próprio dos bens patrimo- niados, bem como dos termos de responsabilidade.

§ 5º - São atribuições do Representante da atividade fim do Comitê:

I - acompanhar e informar ao NSTIC/RJ as demandas das áreas fi- nancelísticas relacionadas à TIC;
II - participar proativamente da elaboração e acompanhamento do PEDTIC;
III - avaliar de que forma é possível melhorar a qualidade dos pro- cessos de TIC da SEDEERI.

§ 6º - São atribuições do Representante designado pela Alta Admi- nistração do Comitê:

I - zelar pela governança do TIC;
II - coordenar a execução do plano de trabalho estabelecido no PED- TIC;
III - promover a integração e a sinergia entre os demais integrantes do Comitê.

§ 7º - Compete ao Suplente do NSTIC/RJ auxiliar o principal respon- sável do NSTIC/RJ, na condição de Presidente do Comitê, em suas atribuições, bem como substituí-lo na hipótese de sua ausência ou im- possibilidade de atuação.

Art. 4º - O Comitê Permanente do PEDTIC estará estabelecido no edifício sede da SEDEERI, onde as reuniões do Comitê serão desen- volvidas, de forma presencial ou via videoconferência.

Parágrafo Único - Em caso de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Comitê Permanente do PEDTIC poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local a ser indicado pre- viamente, inclusive via videoconferência.

Art. 5º - As reuniões do Comitê Permanente do PEDTIC serão rea- lizadas com a presença de, no mínimo, 03 integrantes, maioria sim- ples dos participantes.

Art. 6º - O Presidente do Comitê Permanente do PEDTIC, ou even- tualmente seu Suplente, decidirá pela conveniência da presença ou não de consultoria técnica às reuniões.

Art. 7º - O Comitê Permanente, por intermédio de um único processo SEI, anualmente, providenciará a publicação do resumo das decisões, imediatamente posterior à reunião, enviando o mesmo para onde for pertinente, caso seja necessário.

Art. 8º - A participação no Comitê Permanente do Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEDTIC será considerada prestação de serviço público relevante, sem remuneração de seus membros e sem aumento de despesa para o Estado do Rio de Janeiro.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução SEDEERI nº 37, de 13 de janeiro de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2021

LEONARDO ELIA SOARES

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

Id: 2316911

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEDEERI/DGAF Nº 08 DE 14 DE MAIO DE 2021

**DESIGNA MEMBROS INTEGRANTES DO NÚ-
CLEO SETORIAL DA TECNOLOGIA DA IN-
FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - NSTIC, NO
ÂMBITO DA SEDEERI.**

O DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SE- CRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, no uso de suas atribui- ções legais, de acordo com a Resolução SEDEERI nº 061, de 29 de dezembro de 2020 e o que consta no Processo nº SEI- 220012/000165/2021,

CONSIDERANDO:

- a adequação à estrutura de governança da tecnologia da informação e comunicação - TIC no Estado do Rio de Janeiro, com previsão no art. 6º do Decreto nº 47.278, de 17 de setembro de 2020;

- o art. 4º do Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PEDTIC - Anexo C da Portaria PRODERJ/PRE nº 825, de 26 de fevereiro de 2021;

- a importância da transformação digital, modernização tecnológica e o fortalecimento da governança da tecnologia da informação e comu- nicação - TIC, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolimen- to, Energia e Relações Internacionais - SEDEERI;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os representantes do Núcleo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - NSTIC no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Interna- cionais - SEDEERI, conforme relacionados abaixo:

ALCINA BILIO MERGULHÃO, ID Funcional nº 41186383-6, como res- ponsável pelo NSTIC;
BRUNO FERREIRA OLIVEIRA NEVES, ID Funcional nº 5092822-8, como membro suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2021

JULIAN ARAUJO

Diretor-Geral de Administração e Finanças

Id: 2316919

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ATO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA AGENERSA Nº 665 DE 12 DE MAIO DE 2021

**INSTITUI GRUPO DE TRABALHO PARA OS
FINS QUE MENCIONA.**

O CONSELHEIRO-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JA- NEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-220007/001662/2021,

CONSIDERANDO as contribuições recebidas no âmbito das consultas públicas sobre gás natural, com foco nas Metodologias de Cálculo da TUSD e TUSD-E, Condições Gerais de Fornecimento e Operação e Manutenção do Gasoduto Dedicado e na atuação do Agente Comercializador no Estado do Rio, objeto dos Processos nºs SEI- 220007/002145/2020, SEI-220007/002146/2020 e SEI- 220007/002147/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar grupo de trabalho específico com a finalidade de rea- lizar estudos e análises multidisciplinares das contribuições recebidas, a fim de consolidar e apresentar os Relatórios Técnicos específicos sobre as condições gerais de fornecimento e de operação e man- tenção de gasoduto dedicados para autoprodutores, auto-importadores e agentes livres, metodologia de cálculo da TUSD e TUSD-E e con- dições gerais da atuação do comercializador.

Art. 2º - Designar para compor o referido Grupo de Trabalho, sob a coordenação do primeiro:

JORGE LUIZ GOMES CALFO, Id Funcional nº 061776629
FÁBIO CÔRTEZ DO NASCIMENTO, Id Funcional nº 06177620
WASHINGTON MONTEIRO, Id Funcional nº 50182463
MONIQUE SILVA DE CARVALHO, Id Funcional nº 51161303
ISABELLA PERALTA VAZ, Id Funcional nº 44147899

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021

TIAGO MOHAMED MONTEIRO

Conselheiro-Presidente

Id: 2316776

**AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA**

ATOS DO CONSELHEIRO PRESIDENTE INTERINODE 13.05.2021
NOMEIA ANDRÉ LUIZ VIEIRA DE ARAUJO, ID FUNCIONAL 50818562, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Con- selheiro, símbolo DG, na vaga anteriormente ocupada por FLAVINE MEGHY METNE MENDES, ID FUNCIONAL 42182417, e considerá-lo exonerado do cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-8, da mesma Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Es- tado do Rio de Janeiro - AGENERSA, com validade a contar de 07 de maio de 2021. Processo nº SEI-220007/000410/2020.